

---

# PLANO DE ATIVIDADES

## 2025





## NOTA DE ABERTURA



O Plano de Atividades do Exército para 2025 dá continuidade à execução das orientações definidas na Diretiva Estratégica do Exército 2024-2026, reafirmando o compromisso com a construção de uma Força Terrestre moderna, ágil e resiliente, preparada para combater e responder com prontidão e eficácia aos desafios que se colocam à Defesa Nacional e às responsabilidades internacionais do Estado Português.

A definição dos objetivos para 2025 resulta de um esforço de consolidação e aperfeiçoamento da gestão estratégica, conduzido com realismo, responsabilidade e visão de futuro. Num contexto marcado por uma exigência crescente em termos de preparação, prontidão e projeção de forças, o Exército está comprometido com a mudança e mantém o foco na sua missão, consciente da necessidade de dar uma resposta sólida e afirmativa aos compromissos assumidos, que se constitui fator de credibilidade e afirmação perante os nossos parceiros e aliados.

Consciente que a modernização do Exército é um processo sustentado, consistente e progressivo, a definição de prioridades é realizada com elevado rigor, recorrendo a práticas modernas de planeamento e gestão e envolvendo de forma coordenada toda a estrutura de comando. O objetivo permanece claro: assegurar o máximo grau de eficiência e eficácia na utilização dos recursos disponíveis, contribuindo para a credibilidade, atratividade e prestígio do Exército junto dos Portugueses.

A confiança nos militares e civis que integram o Exército, profissionais competentes, movidos por um profundo espírito de compromisso, orientados por uma mentalidade forte e inovadora e assente em valores éticos e morais firmes, constitui a base sobre a qual assenta este Plano de Atividades. Com eles e por eles, estou certo de que 2025 será mais um passo firme no caminho da afirmação do Exército como instituição de referência ao serviço de Portugal.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

**Documento autenticado**

Original assinado e arquivado no Estado-Maior do Exército

Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

General



# ÍNDICE

<b>I. NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>1</b>
1. Breve análise conjuntural .....	3
a. Ambiente externo.....	3
b. Ambiente interno.....	6
2. Explicitação do processo de elaboração do Plano .....	9
a. Conceitos principais.....	9
b. Alinhamento com a estratégia.....	10
c. Processo de planeamento .....	10
d. Despesas planeadas .....	11
e. Instrumentos de Gestão.....	11
<b>II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA.....</b>	<b>13</b>
1. Estratégia adotada para o cumprimento dos objetivos .....	14
2. Objetivos estratégicos .....	14
a. OE 1 – Dinamizar a obtenção e retenção de recursos humanos .....	14
b. OE 2 – Assegurar os recursos necessários à operação e sustentação do Exército .....	15
c. OE 3 – Exponenciar a inovação e modernização do Exército .....	15
d. OE 4 – Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças .....	15
e. OE 5 – Capitalizar a imagem e reputação do Exército .....	15
f. OE 6 – Assegurar a eficácia operacional do Exército no plano nacional e internacional .....	15
3. Objetivos operacionais .....	16
<b>III. OBJETIVOS PLANEADOS E RECURSOS ASSOCIADOS.....</b>	<b>17</b>
1. Recursos Humanos.....	18
a. Projeção de efetivos por situação .....	18
b. Outros efetivos a encargo do Ramo.....	20
c. Variação de efetivos .....	20
2. Recursos Materiais .....	21
a. Principais sistemas de armas .....	21
b. Principais materiais e equipamentos de duplo uso .....	22
3. Recursos Financeiros.....	25
4. Publicidade Institucional.....	29

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO .....	9
FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO .....	14
FIGURA 3 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE OE E OOP .....	16
FIGURA 4 – PROJEÇÃO DE EFETIVOS POR SITUAÇÃO .....	18
FIGURA 5 – PROJEÇÃO DE EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 A ENCARGO DO EXÉRCITO .....	19
FIGURA 6 – PROJEÇÃO DE EFETIVOS FORA DA EFETIVIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 A ENCARGO DO EXÉRCITO .....	20
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO EFETIVO DO EXÉRCITO (PROJEÇÃO PARA 2025) .....	20
FIGURA 8 – RECURSOS FINANCEIROS ALOCADOS À CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO EXÉRCITO .....	25
FIGURA 9 – PLANEAMENTO DE VERBAS EM FUNÇÃO DOS CRITÉRIOS DA REFORMA DEFESA 2020 .....	26
FIGURA 10 – PLANEAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL .....	26
FIGURA 11 – PLANEAMENTO DE VERBAS DA LPM POR CAPACIDADE .....	27
FIGURA 12 – PLANEAMENTO DE VERBAS DA LIM POR PROJETO .....	27
FIGURA 13 – PLANEAMENTO DE VERBAS DE PROJETOS - CAPÍTULO 50 .....	28
FIGURA 14 – ATIVIDADES PLANEADAS NÃO FINANCIADAS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO ..	28
FIGURA 15 – PUBLICIDADE INSTITUCIONAL .....	29

## Lista de abreviaturas

<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>CEME</b>	Chefe do Estado-Maior do Exército
<b>CGA</b>	Caixa Geral de Aposentações
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>DCCR</b>	Despesas Com Compensação em Receitas
<b>DEE</b>	Diretiva Estratégica do Exército
<b>DFin</b>	Departamento de Finanças
<b>EME</b>	Estado-Maior do Exército
<b>eNRF</b>	<i>enhanced NATO Response Force</i>
<b>EP</b>	Entidades de Planeamento
<b>EUBG</b>	<i>European Union Battlegroups</i>
<b>EUMAM UA</b>	<i>European Union Military Assistance Mission na Ucrânia</i>
<b>EUTM</b>	<i>European Union Training Mission</i>
<b>FEEI</b>	Fundos Europeus Estruturantes e de Investimento
<b>FFAA</b>	Forças Armadas
<b>FN</b>	<i>Framework Nation</i>
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>LIM</b>	Lei de Infraestruturas Militares
<b>LPM</b>	Lei de Programação Militar
<b>MINUSCA</b>	<i>United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic</i>
<b>MN BDE</b>	<i>Multinational Brigade</i>
<b>MN BG</b>	<i>Multinational Battlegroup</i>
<b>NFM</b>	<i>NATO Force Model</i>
<b>NRI</b>	<i>NATO Readiness Initiative</i>
<b>OE</b>	Objetivo Estratégico
<b>OMDN</b>	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OOp</b>	Objetivo Operacional
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PA</b>	Plano de Atividades
<b>QP</b>	Quadro Permanente
<b>QUAR</b>	Quadro de Avaliação e Responsabilização
<b>RCE</b>	Regime de Contrato Especial
<b>RDSM</b>	Rede de Divulgação do Serviço Militar
<b>RI</b>	Receitas de Impostos
<b>RP</b>	Receitas Próprias
<b>RV/RC</b>	Regime de Voluntariado/Contrato
<b>SIG-DN</b>	Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
<b>U/E/O</b>	Unidade, Estabelecimento e Órgão
<b>UE</b>	União Europeia
<b>VCR</b>	Viaturas de Comunicação Rodoviária







## **I. NOTA INTRODUTÓRIA**

## **I. Nota Introdutória**

O Plano de Atividades (PA), documento de referência no âmbito da gestão estratégica do Exército, foi elaborado de acordo com os princípios e metodologia preconizados no Decreto-lei n.º 183/96, de 27 de setembro, bem como no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 julho, direcionando o Exército para os objetivos a atingir no ano 2025, bem como os recursos a afetar, em consonância com as orientações do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

O PA encontra-se alinhado com a Diretiva Estratégica do Exército (DEE) 2024-2026 e com o processo de planeamento e formulação estratégica, consubstanciando-se como uma ferramenta orientadora que permite coordenar os esforços das diversas Entidades de Planeamento (EP) e conciliar as necessidades individuais de cada Unidade, Estabelecimento e Órgão (U/E/O) com as necessidades globais do Exército.

Na sua componente orçamental, este plano foi transposto para o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIG-DN), permitindo, deste modo, a obtenção de informação agregada e consolidada ao nível do planeamento orçamental e da afetação e gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, assim como a fundamentação da Proposta de Orçamento do Exército.

Consubstanciado no presente documento, o PA25 é constituído por três partes: Nota Introdutória, Objetivos e Estratégia e Objetivos Planeados e Recursos Associados.

## **1. Breve análise conjuntural**

### **a. Ambiente externo**

#### **(1) Enquadramento e caracterização**

O atual contexto securitário e geoestratégico fortemente influenciado pelo regresso da guerra ao continente europeu e pela crescente contestação da ordem mundial, veio reforçar a necessidade de se acautelar um maior investimento na área da Defesa e na capacitação das Forças Armadas (FFAA) dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE).

Este contexto, aconselha a que as FFAA se constituam como um instrumento capaz de projetar forças de elevada prontidão e com adequada capacidade de resposta às ameaças do atual ambiente internacional, mas também, a riscos que obrigam ao seu emprego no âmbito das Operações de Apoio Civil.

Adicionalmente, prevê-se que o crescente e acelerado desenvolvimento tecnológico global irá moldar a competição e os futuros conflitos, uma vez que os diversos atores estatais e não estatais irão tendencialmente adotar e adaptar todas as inovações tecnológicas acessíveis, de modo, a extrair o máximo potencial para alcançar os seus interesses e objetivos.

Estas pressões, a que o Exército português não é alheio, implicarão um esforço contínuo para melhorar e incrementar as suas capacidades em termos de quantidade, qualidade e nível de prontidão, de modo a responder às solicitações nacionais e às resultantes do quadro das Organizações Internacionais em que Portugal está inserido.

Simultaneamente, verifica-se a continuidade ou até o aumento das crises securitárias, económicas e políticas no continente africano, com especial incidência no Norte de África, Sahel e África Subsaariana, onde um número cada vez maior de organizações terroristas e de crime organizado proliferam e desenvolvem as suas atividades. Estas crises têm vindo a causar instabilidade e insegurança regional com impacto global, sendo previsível uma tendência de continuidade no curto prazo, o que continuará a exigir a intervenção de forças militares alocadas a Organizações Internacionais, em missões de estabilização, assistência humanitária e na reconstrução dos Estados afetados.

Num contexto particularmente desafiante, o quadro da economia mundial, marcado pela incerteza, no qual a inflação e as guerras atuais constituem as principais

ameaças, também continuará a ter repercussões no desempenho financeiro de Portugal.

A criação de resiliência dos sistemas de gestão do Estado, é a forma mais sustentável para fazer face aos desafios sistemáticos que enfrentam, tanto no âmbito das ameaças cibernéticas, à escassez de recursos, bem como às crises energéticas e financeiras.

## **(2) Participação no âmbito das alianças internacionais e relações bilaterais**

No âmbito dos compromissos assumidos por Portugal no quadro das Organizações Internacionais de que faz parte, e em apoio à política externa do Estado, o Exército continuará a participar na prossecução dos interesses nacionais, através da afirmação da presença nacional no mundo, da consolidação da sua inserção na rede de alianças, da defesa da afirmação e da credibilidade externa de Portugal e na valorização das comunidades portuguesas, contribuindo, assim, para a promoção da paz, do respeito pelo direito humanitário internacional e da segurança global.

Para este desígnio, o Exército deverá orientar esforços no sentido de assegurar a continuidade da participação em missões no quadro da OTAN, UE e da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como no quadro bilateral e multilateral.

Neste sentido, a participação nacional na OTAN assume um papel fundamental para o Exército, não só como matriz doutrinária e de experiências, mas também como organização internacional de referência no âmbito das operações militares terrestres. O compromisso de solidariedade e a postura de dissuasão e defesa coletiva deverão refletir-se através do emprego efetivo de Forças e meios, nos mecanismos estabelecidos nas Cimeiras de Bruxelas e de Madrid, em 2022, nomeadamente na *Multinational Brigade* (MN BDE) na Roménia e no *Multinational Battlegroup* (MN BG) na Eslováquia, acompanhando o seu processo de transição para o escalão Brigada. Através da prontidão de Forças, o Exército continuará a integrar os Mecanismos de Resposta Rápida, nomeadamente a *enhanced NATO Response Force* (eNRF) e a *NATO Readiness Initiative* (NRI), assegurando a sua transição para o *NATO Force Model* (NFM).

No âmbito da UE, alinhado com a implementação da Bússola Estratégica que estabelece o nível de ambição para os Estados-Membros participarem com Forças constituídas em operações e missões da UE, sobretudo de treino, assessoria e aconselhamento, o Exército continuará a participar na *European Union Training*

*Mission* (EUTM) na Somália, no Mali, em Moçambique e na República Centro Africana (RCA) e na *European Union Military Assistance Mission* na Ucrânia (EUMAM UA). Privilegiar ainda, no processo em edificação da Capacidade de Reação Rápida (*Rapid Deployable Capacity*) da UE, a participação como *Framework Nation* (FN) nos *European Union Battlegroups* (EUBG) (e.g. EUBG 2025-2/26-1), ou com Forças até uma Unidade de Escalão Companhia (e.g. EUBG 2026-2/27-1 e EUBG 2027-1/27-2) de forma a apoiar os EUBG dos restantes Estados-Membros.

No quadro da ONU, ter uma participação relevante em missões de ajuda, emergência, defesa e manutenção de paz e da segurança, com foco no continente africano, no âmbito do *Department of Peace Operations*, nomeadamente, na *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA).

No quadro bilateral e multilateral, englobando o conceito das missões de capacitação, participar em missões de forma a contribuir para o desenvolvimento das capacidades das FFAA dos países africanos de língua portuguesa e de Timor-Leste, concorrendo para os objetivos no âmbito da Cooperação no Domínio da Defesa. De acordo com as necessidades da Ucrânia e com as capacidades disponíveis participar na coligação de apoio à Ucrânia (em complemento da EUMAM UA).

No campo de ação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), importa continuar a aprofundar e estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, através de unidades militares constituídas ou efetivos, em funções de Estado-Maior, de “treino e formação” e de “assessoria e aconselhamento”, que facilitem a eventual formação e preparação de uma Força de Tarefa Conjunta e Combinada, com capacidade de intervenção em missões de Apoio à Paz e Ajuda Humanitária.

No âmbito da “Iniciativa 5+5” Defesa, Portugal tem promovido a cooperação com os signatários do Magrebe e europeus, disponibilizando e participando em processos de formação, de treino, de troca de conhecimentos e de experiência, constituindo essas práticas mecanismos de incremento da confiança e de melhoria de relacionamentos, sendo tal estratégico para o fomento da segurança no seio dos Estados-Membros.

## **b. Ambiente interno**

### **(1) Principais desafios ao Exército**

O capital humano é um dos ativos mais valiosos do Exército. Deste modo, torna-se fundamental não só compreender as suas necessidades, mas também, antecipá-las, a fim de lhe proporcionar melhores condições de vida e de trabalho. O Exército deverá orientar esforços no sentido de melhorar os processos de recrutamento, seleção e retenção, continuar o processo de otimização da gestão de carreiras, implementar medidas com vista ao reforço da melhoria da componente assistencial à família militar, e por último, integrar e consolidar medidas que possibilitem a efetiva concretização da igualdade e não discriminação, eliminando possíveis obstáculos estruturais e de oportunidades entre militares.

Relativamente aos recursos materiais, financeiros e infraestruturais, estes devem ser adequados e estar disponíveis sempre que necessário para o cumprimento da missão do Exército. Deste modo, considera-se como fundamental a maximização da obtenção de recursos materiais, através do reajustamento de processos, da exploração da digitalização, da eficiência energética e/ou de outros paradigmas, recorrentes da inovação tecnológica. O Exército tem como objetivo continuar o processo de modernização do Sistema de Reabastecimento, de Transportes e de Manutenção, através da integração da robotização, da digitalização e da inovação. Importa igualmente prosseguir as atividades conducentes à renovação e requalificação de infraestruturas, promovendo o aumento de vida útil dos imóveis/infraestruturas e criando condições estruturais e funcionais adequadas ao exercício das atividades a que estes se destinam.

No âmbito da inovação e modernização, torna-se fundamental dinamizar as capacidades científicas e tecnológicas nacionais e a promoção da investigação científica, reforçando de forma coordenada, a experimentação e a modernização tecnológica do Exército. O Exército procurará dinamizar o desenvolvimento colaborativo de capacidades, através do acompanhamento e participação ativa em processos internacionais de edificação de capacidades, e continuará a promover a desmaterialização e digitalização de processos, por forma a reforçar a resiliência do seu Sistema de Comando e Controlo.

A formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças surgem como pilares fundamentais ao desenvolvimento contínuo dos quadros do Exército. Assim, importa consolidar a formação e o treino em comando e liderança, promover o ensino à distância e a partilha do conhecimento, apoiada pela capacidade de lições

aprendidas. Estas medidas permitirão assegurar o desenvolvimento de competências atualizadas e relevantes, capacitando os quadros do Exército para enfrentar os desafios complexos e multidimensionais que o cenário atual apresenta.

No âmbito da comunicação estratégica do Exército, importa manter e fortalecer a sua ação, através da utilização articulada e integrada dos diferentes vetores institucionais e setoriais de comunicação, assim como, através da produção e divulgação de conteúdos de comunicação oportunos, atrativos e inovadores, afim de esclarecer a sociedade acerca das suas atividades, valências e missão, e assim alavancar a confiança e a credibilidade do Exército.

O principal objetivo do Exército continua a ser a manutenção da sua eficácia operacional no plano nacional e internacional. Para atingir este desiderato será necessário continuar a treinar e a certificar as Forças, Contingentes e Elementos do Exército de acordo com as categorias de prontidão definidas e com os padrões de desempenho operacional da OTAN. Neste sentido, importa igualmente promover o uso de sistemas de simulação e fomentar as oportunidades de treino de âmbito bilateral e multilateral, por forma a reforçar a interoperabilidade em função dos mecanismos de resposta rápida e afiliações. Simultaneamente, importa potenciar as capacidades militares para a pluralidade de emprego em toda a tipologia de operações terrestres, por forma a dar resposta à diversidade de missões, cenários de atuação e emprego das capacidades militares terrestres, em linha com a visão prospetiva de longo prazo do Exército.

Por último, embora existam indicadores favoráveis quanto à situação económica nacional e internacional no futuro próximo, é previsível que esta continue a ter um impacto direto ou indireto para o Exército, o que poderá continuar a condicionar a sua missão durante o ano de 2025.

## **(2) Missão**

O Exército Português tem como missão:

- Participar na defesa militar da República;
- Assegurar a geração, preparação, e sustentação de Forças e meios da componente terrestre do Sistema de Forças;
- Participar em missões internacionais no âmbito das Organizações Internacionais;
- Participar em missões no exterior do Território Nacional, num quadro autónomo ou multinacional;
- Executar ações de cooperação técnico-militar;

- Cooperar, nos termos da lei, com as Forças e Serviços de Segurança;
- Colaborar em missões de Proteção Civil;
- Colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Executar atividades no domínio da cultura, designadamente de preservação e divulgação do seu património.

### (3) Visão

A visão do Chefe do Estado-Maior do Exército está expressa na DEE 2024-2026:

*“O **Exército** respeita o seu **Legado Histórico**, valoriza o **Potencial Humano**, promove uma forte **Liderança**, fomenta a **Cooperação Nacional e Internacional**, aposta na **Inovação e Modernização** e assegura um produto operacional de elevada **Prontidão**.*

***Um Exército pronto para servir, preparado para combater!***

*Desde sempre **a honrar Portugal!***

### (4) Valores

O Exército, enquanto organização secular, assenta a sua identidade e coesão num conjunto de valores:

- A Honra, decorrente da atitude honesta, firme e digna, assumida no cumprimento do dever;
- A Lealdade, como força anímica da disciplina, consubstanciada na prática da verdade e na fidelidade aos princípios éticos, elementos basilares da camaradagem e da coesão no Exército;
- A Disponibilidade, manifestada na permanente prontidão para servir, assente na especificidade da condição militar;
- A Disciplina, como meio para atingir a unidade de esforço na prossecução dos efeitos desejados;
- A Coragem, na forma como se enfrentam os riscos e se superam as dificuldades.

### (5) Estrutura orgânica

Nos termos do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, com a alteração produzida pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro, o Exército encontra-se organizado numa estrutura vertical e hierarquizada, compreendendo um Órgão de



Estado-Maior, um Órgão de Inspeção, Órgãos de Conselho, Órgãos Centrais de Administração e Direção, o Comando da Componente Terrestre, os Órgãos de Base e os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças, conforme se apresenta na Figura 1.

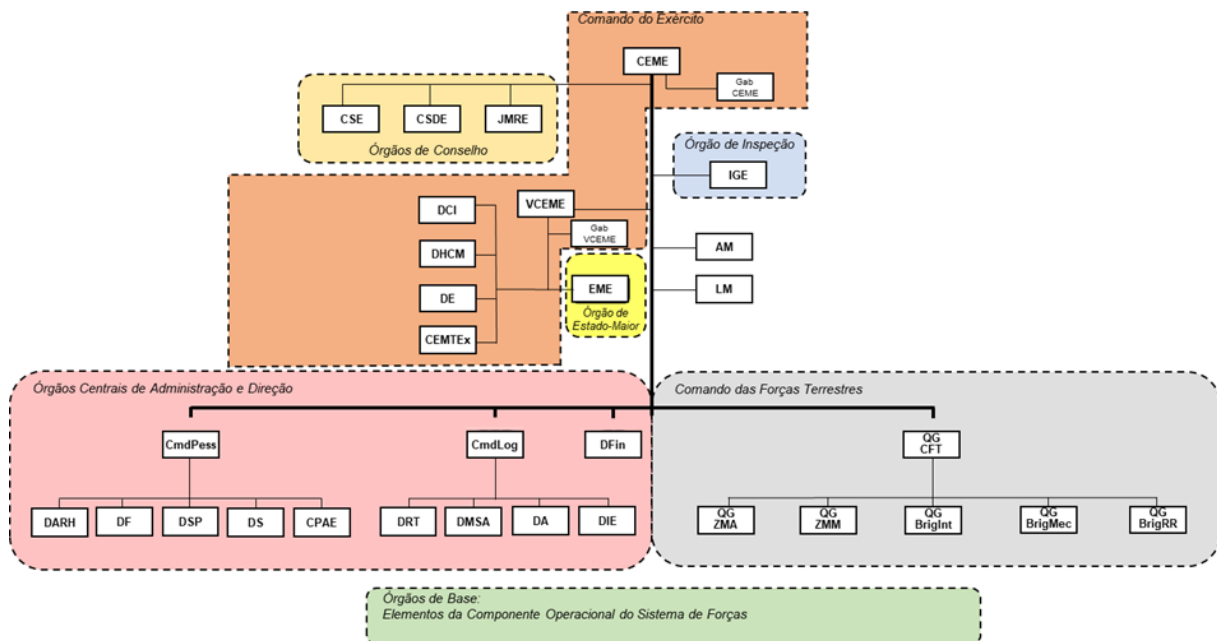


Figura 1 – Organização do Exército

## 2. Explicitação do processo de elaboração do Plano

A elaboração do PA25, pressupõe a definição prévia dos resultados a alcançar e das linhas gerais para a sua prossecução, bem como a explicitação clara da estratégia a seguir na utilização dos meios/recursos que serão colocados à disposição do Exército para cumprir a missão que lhe foi confiada.

### a. Conceitos principais

- (1) **Objetivo Estratégico (OE):** definidos ao nível da DEE, evidenciam as principais mudanças que pretende concretizar para alcançar a Visão definida.
- (2) **Objetivo Operacional (OOp):** definidos ao nível da DEE, materializam a implementação de iniciativas estratégicas com vista à obtenção dos resultados desejados, estabelecendo uma ligação formal de colaboração entre a gestão estratégica e a ação operacional.
- (3) **Atividade:** conjunto de ações que correspondem à desagregação funcional de cada objetivo e que concorrem para a concretização da atividade da qual fazem parte integrante.

- (4) **Ação:** conjunto de Elementos de Ação que correspondem à desagregação funcional de cada atividade e que concorrem para a concretização dessa mesma atividade, definidas centralmente aquando da preparação do PA25.
- (5) **Elementos de Ação:** constituem as tarefas concretas a realizar pelas U/E/O, que decorrem das Ações por elas definidas e concorrem para a concretização das Atividades fixadas pelas EP que, por sua vez, concorrem para consecução dos objetivos fixados pelo CEME, definidos pelas U/E/O do Exército.

## **b. Alinhamento com a estratégia**

O PA é um instrumento de elevada importância no âmbito da gestão estratégica, dado que consubstancia, no curto prazo, os objetivos que o Exército se propõe atingir no médio e longo prazo, identifica os recursos necessários à sua concretização e estabelece necessidades e prioridades, servindo de base à Proposta de Orçamento a apresentar na fase da preparação do Orçamento do Estado.

Neste quadro, importa assegurar o alinhamento do PA25 com a Diretiva Estratégica vigente e com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), estabelecendo-se, com efeito, um sistema uniforme mensuração e monitorização da trajetória definida para o Exército, preparado para identificar eventuais desvios, respetivas causas e, se necessário, introduzir ações corretivas em tempo útil.

## **c. Processo de planeamento**

- (1) O planeamento do PA25 teve início com os estudos para a proposta de plafond a atribuir, ao que se seguiu a aprovação e difusão da Diretiva n.º 86/CEME/23, a qual estabeleceu as orientações e tarefas a operacionalizar.
- (2) Em linha com os Objetivos, Atividades e Ações aprovadas, as EP coordenaram o planeamento dos Elementos de Ação por parte das U/E/O na sua dependência, preenchendo as correspondentes chaves orçamentais.
- (3) Uma vez finalizada a inscrição das chaves orçamentais, foi concluída a elaboração do PA em SIG-DN, permitindo, em seguida, com base nos mesmos dados orçamentais, dar início ao processo de planeamento orçamental pelo Departamento de Finanças (DFin).
- (4) De modo a preparar eventuais reajustamentos orçamentais, decorrentes de reformulação de missões e atribuições, cativações legais ou de outras circunstâncias com impacto orçamental, todas as Atividades, Ações e Elementos de Ação foram priorizados por grau de importância.

- (5) A componente orçamental do PA será utilizada para fundamentar a Proposta de Orçamento do Exército, na fase de preparação do Orçamento do Estado.
- (6) Uma vez aprovada a Lei do Orçamento do Estado, e se considerado materialmente relevante, proceder-se-á à correção do PA, de acordo com o Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, dando origem ao PA Corrigido.

#### **d. Despesas planeadas**

O planeamento foi efetuado em conformidade com o classificador económico das receitas e despesas públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo sido consideradas as seguintes Fontes de Financiamento:

- (1) Receitas de Impostos (RI) do Orçamento do Ministério da Defesa Nacional Exército (OMDN) – Verbas para despesas de funcionamento estrito, cujo planeamento cabe às U/E/O, ou seja, Despesas com o Pessoal, Despesas para Aquisição de Bens e Serviços, Transferências Correntes e Despesas de Investimento;
- (2) Lei de Programação Militar (LPM) e Lei de Infraestruturas Militares (LIM) – Verbas cujo planeamento cabe ao Estado-Maior do Exército (EME);
- (3) Projetos – Capítulo 50 (antigo Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central) – Verbas cujo planeamento cabe ao EME;
- (4) Despesas Com Compensação em Receitas (DCCR) – Receitas Próprias (RP) que as U/E/O do Exército estimam arrecadar e, com base nas mesmas, realizar despesas;
- (5) Fundos nacionais e europeus, no âmbito de programas financiados e co-financiados.

#### **e. Instrumentos de Gestão**

O desempenho organizacional do Exército é monitorizado através de um conjunto de indicadores e metas, os quais mensuram o grau de concretização dos objetivos que concorrem para a consecução da sua estratégia.

Paralelamente, de forma a manter a coerência nos resultados dos instrumentos de avaliação do desempenho, os dashboards produzidos para a elaboração do QUAR, são monitorizados de igual modo, permitindo, com efeito, um permanente escrutínio dos indicadores adotados, de forma a corrigir desvios e reprogramar opções, através da atuação atempada nas suas causas.

O Relatório de Atividades, documento que conclui o ciclo de gestão, será também elaborado com base nestes instrumentos de avaliação, traduzindo o grau de concretização das atividades levadas a efeito, encargos associados, bem como eventuais desvios e respetivas causas, estruturando informação relevante para um novo ciclo.





## **II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA**

## 1. Estratégia adotada para o cumprimento dos objetivos

O planeamento de atividades para 2025 teve por base a DEE para 2024-2026, que estabeleceu orientações e prioridades, numa abordagem assente na metodologia do *Balanced Scorecard*, mediante a definição de OE e OOp, atribuindo responsabilidades às Entidades Setoriais, através de uma matriz de operacionalização da estratégia.

Por sua vez, as Entidades Setoriais contribuíram para a definição de atividades e para o estabelecimento das metas a alcançar que foram integradas e difundidas na DEE e que estavam alinhadas com as ações e elementos de ação do PA25.

A monitorização da estratégia foi conduzida através de metodologias de análise que permitiram ao Comando do Exército acompanhar o desenvolvimento das ações e o grau de cumprimento das metas, e acionar as medidas corretivas necessárias.

A monitorização efetuada permitiu a avaliação permanente da atividade do Exército, no âmbito do QUAR, nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

## 2. Objetivos estratégicos

A DEE 2024-2026 estabeleceu seis OE, organizados em três perspetivas distintas e interligados por relações de causa-efeito, conforme ilustrado na Figura 2.

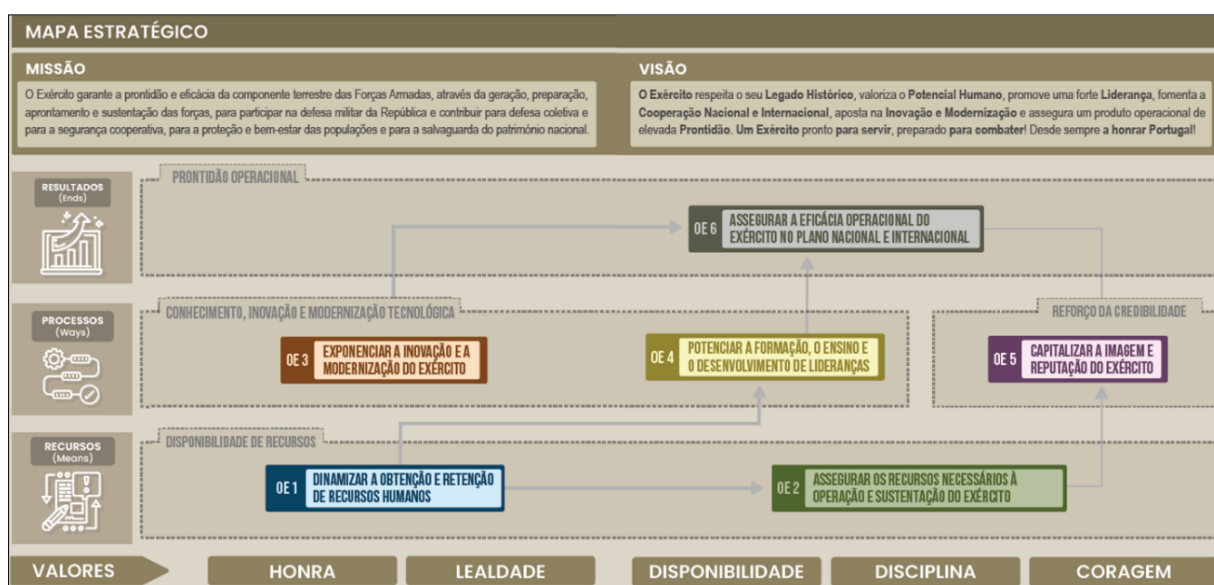


Figura 2 – Mapa Estratégico do Exército

### a. OE 1 – Dinamizar a obtenção e retenção de recursos humanos

Este OE tem como efeito desejado garantir, de forma equilibrada, atrativa, motivadora e sustentável, recursos humanos que possibilitem a prossecução da estratégia definida, tendo por base a necessária estabilidade deste recurso crítico do Exército.

**b. OE 2 – Assegurar os recursos necessários à operação e sustentação do Exército**

Este OE tem como efeito desejado dotar o Exército dos recursos materiais, financeiros e infraestruturais, adequados para o cumprimento da Missão, disponíveis quando necessários e geridos eficientemente.

**c. OE 3 – Exponenciar a inovação e modernização do Exército**

Este OE tem como efeito desejado reforçar a competitividade e a criação de valor, através da exploração de novas ideias, bem como assegurar a regeneração tecnológica dos sistemas e a edificação de projetos militares.

**d. OE 4 – Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças**

Este OE tem como efeito desejado alcançar uma formação e ensino militar de qualidade e certificado, bem como otimizar o aprofundamento de uma cultura de liderança, aos vários níveis.

**e. OE 5 – Capitalizar a imagem e reputação do Exército**

Este OE tem como efeito desejado maximizar a competência e a credibilidade do Exército, preservar e divulgar o património histórico e cultural, e garantir a segurança e gestão da qualidade institucionais.

**f. OE 6 – Assegurar a eficácia operacional do Exército no plano nacional e internacional**

Este OE tem como efeito desejado assegurar Forças organizadas, treinadas, equipadas e certificadas conforme os padrões OTAN, potenciando a sua coerência, interoperabilidade e uso dual. Adicionalmente, consolidar e revigorar o emprego operacional das forças e meios do Exército, no plano nacional e internacional, maximizando os resultados alcançados de forma eficiente.

### 3. Objetivos operacionais

Cada um dos OE foi decomposto em OOp, conforme enumerados na Figura 3:

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
<b>OE 1 – Dinamizar a obtenção e retenção de recursos humanos</b>	OOp 1.1 – Melhorar o processo de obtenção e gestão de pessoal militar e civil
	OOp 1.2 – Reforçar a prevenção dos riscos psicossociais e o apoio à família militar
	OOp 1.3 – Melhorar as condições para a prestação de serviço
	OOp 1.4 – Promover e reforçar a igualdade e a inclusão
<b>OE 2 – Assegurar os recursos necessários à operação e sustentação do Exército</b>	OOp 2.1 – Aumentar a operacionalidade dos meios orgânicos
	OOp 2.2 – Consolidar os processos logísticos afetos à sustentação do Exército
	OOp 2.3 – Modernizar e requalificar as infraestruturas do Exército
	OOp 2.4 – Garantir a eficiência na gestão orçamental e financeira
<b>OE 3 – Exponenciar a inovação e a modernização do Exército</b>	OOp 3.1 – Incrementar o índice de investigação, desenvolvimento e inovação
	OOp 3.2 – Otimizar os processos e a gestão da informação
	OOp 3.3 – Dinamizar a modernização do Exército
	OOp 3.4 – Reforçar a eficiência energética e hídrica no edificado do Exército
<b>OE 4 – Potenciar a Formação, o Ensino e o Desenvolvimento de Lideranças</b>	OOp 4.1 – Promover e reforçar o Exército como construtor de competências
	OOp 4.2 – Promover a qualidade da formação
	OOp 4.3 – Dinamizar o ensino a distância
	OOp 4.4 – Fomentar a doutrina e a partilha de conhecimento
<b>OE 5 – Capitalizar a Imagem e reputação do Exército</b>	OOp 5.1 – Reforçar a perceção positiva da imagem institucional do Exército
	OOp 5.2 – Valorizar e preservar o património histórico e cultural
	OOp 5.3 – Garantir a segurança, o controlo e a qualidade
	OOp 5.4 – Reforçar a transparência e o controlo interno
<b>OE 6 – Assegurar a eficácia operacional do Exército no plano nacional e internacional</b>	OOp 6.1 – Otimizar o treino no plano nacional e internacional
	OOp 6.2 – Rentabilizar o empenhamento do Exército nas ações de Apoio Militar de Emergência
	OOp 6.3 – Promover a prontidão do Exército enquanto coprodutor de segurança internacional
	OOp 6.4 – Garantir a segurança militar ( <i>security</i> ) e a segurança de dados pessoais

**Figura 3** – Correspondência entre OE e OOp

Para cada um dos OOp, foi estabelecido um conjunto de referências que orientam e enquadraram as ações a desenvolver pelas EP.





### **III. OBJETIVOS PLANEADOS E RECURSOS ASSOCIADOS**

## 1. Recursos Humanos

O planeamento dos recursos humanos foi conduzido em conformidade com os documentos estruturantes da Defesa Nacional, as determinações do CEME e o preconizado no Decreto-Lei n.º 6/2022, de 7 de janeiro.

Neste enquadramento, foi considerada, para efeitos de planeamento do Exército, a estimativa de pessoal prevista para 31 de dezembro de 2025, a qual contempla os planos de admissões, incorporações e promoções, projetando-se, assim, um efetivo total de 14.733 militares na efetividade de serviço e trabalhadores civis.

### a. Projeção de efetivos por situação

A distribuição percentual dos supracitados 14.733 efetivos, por situação, é a que se apresenta na Figura 4.



**Figura 4** – Projeção de efetivos por situação

Tomando em consideração a forma de prestação de serviço, por categoria e estrutura orgânica, a projeção de efetivos para 2025 encontra-se distribuída de acordo com a Figura 5.

Efetivos 2025			
NO RAMO	Oficiais	QP	1.682
		RV/RC	339
	Sargentos	QP	2.406
		RV/RC	560
	Praças		5.031
	Civis		2.216
	Total		12.234
NAS FORÇAS ARMADAS	Oficiais	QP	28
		RV/RC	0
	Sargentos	QP	11
		RV/RC	0
	Praças		8
	Total		47
FORA das FORÇAS ARMADAS (Ativo)	Oficiais	QP	20
		RV/RC	0
	Sargentos	QP	14
		RV/RC	0
	Praças		0
	Total		34
FORMAÇÃO	AM		653
	ESE (1ª e 2ª Partes)		242
	UEFISM		0
	Instrução para RV/RC	Oficiais	72
		Sargentos	130
		Praças	1.115
	Total		2.212
RESERVA (Efetividade)	Ramo	Oficiais	61
		Sargentos	33
	EMGFA	Oficiais	5
		Sargentos	3
	Fora das FORÇAS ARMADAS	Oficiais	48
		Sargentos	56
	Total		206
Total Geral			14.733

**Figura 5** – Projeção de efetivos em 31 de dezembro de 2025 a encargo do Exército

Da leitura da tabela anterior, resultam como valores mais expressivos a projeção de um efetivo de 12.234 militares e trabalhadores civis a prestar serviço no Exército (no ramo) e de 2.212 militares em formação.

## b. Outros efetivos a encargo do Ramo

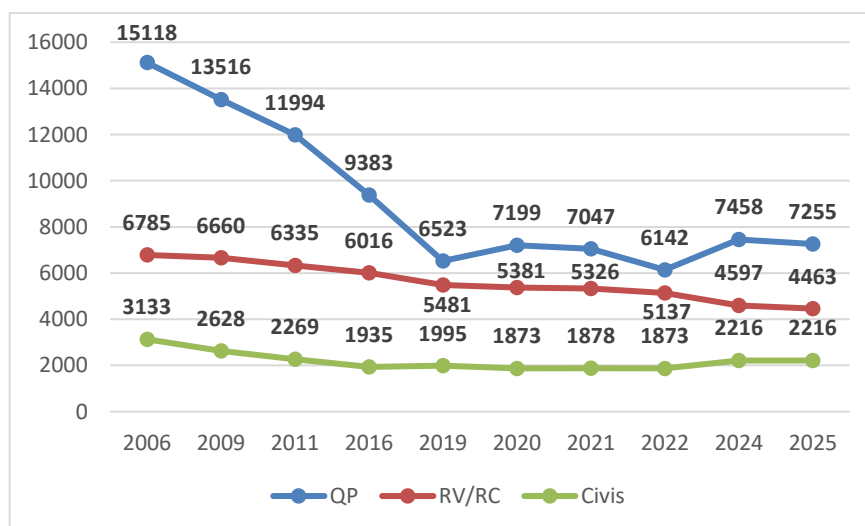
Para além da projeção de efetivos anteriormente apresentada, constituem igualmente encargo do Exército as despesas com pessoal relativas a militares na reserva fora da efetividade de serviço, cuja projeção ascende a 955 militares, bem como aos que aguardam a atribuição da pensão de reforma definitiva pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), estimando-se um total de 94 militares nesta situação (Figura 6).

Previsão de efetivos fora da efetividade para 2020			
RESERVA (Fora da Efetividade)	Ramo	Oficiais	368
		Sargentos	587
	<b>Total</b>		<b>955</b>
REFORMA	Ramo - A aguardar pensão definitiva		94
	<b>Total</b>		<b>94</b>
<b>Total Geral</b>			<b>1.049</b>

**Figura 6** – Projeção de efetivos fora da efetividade em 31 de dezembro de 2025 a encargo do Exército

## c. Variação de efetivos

A Figura 7 apresenta a evolução do número de colaboradores do Exército desde 2006, incluindo todo o Mapa de Pessoal Civil, bem como os efetivos do Quadro Permanente (QP) e Regime de Voluntariado/Contrato (RV/RC) na efetividade de serviço (ativo, reserva, formação para QP e instrução para RV/RC). Excluem-se desta análise os Cadetes-Alunos da Academia Militar (AM), bem como os militares a prestar serviço fora do ramo ou fora da estrutura orgânica das FFAA.



**Figura 7** – Evolução do efetivo do Exército (projeção para 2025)

Observa-se uma redução progressiva do pessoal na efetividade de serviço ao longo dos últimos anos, com especial incidência sobre o vínculo contratual de RV/RC. Importa ainda referir que os quantitativos projetados para 2025 refletem estimativas elaboradas no momento de preparação do presente PA.

## 2. Recursos Materiais

### a. Principais sistemas de armas

A seguir, apresentam-se os principais sistemas de armas e equipamentos da componente operacional, ilustrados através de fotografias que destacam as capacidades e a prontidão das forças terrestres.



Carro de Combate  
Leopard 2A6



VBR PANDUR II ICV



Obus AP M109 A5



VBR PANDUR II IFV



VBR PANDUR II AMB



VC Engenharia M728



Pronto Socorro M88 A1



HMMWV 4X4



Panhard M11 4X4



VTLB – VAMTAC ST5



Mini-UAV RAVEN B DDL



FN SCAR-L / Minimi

## b. Principais materiais e equipamentos de duplo uso

Dos principais materiais e equipamentos de duplo uso, salientam-se os seguintes:

- (1) *Shelter* do Bloco Operatório do Hospital de Campanha, que pode ser empregue em situações de calamidade, proporcionando apoio médico à população em cenários de emergência:



- (2) Família de Viaturas Táticas – Meios de Apoio Militar de Emergência:



- (3) Família de Viaturas Táticas Médias (VTM) (4X4 e 6X6):





(4) Sistema de Comunicações do Sistema de Combate do Soldado:



(5) First Defender RMX, que visa identificar agentes químicos industriais de guerra e explosivos, e o SAM 940, que é um identificador de Isótopos radiativos, com capacidade de deteção de radiações Alfa, Beta, Gama e Neutrões:



(6) Isolador de Contenção de Agentes Biológicos da Unidade Militar de Defesa Biológica e Química, que é utilizado no âmbito da microbiologia alimentar e investigação de surtos de toxinfecção alimentar no Exército, e que tem capacidade para identificar agentes biológicos:



(7) Pontes militares:



TREADWAY



BAILEY



MABEY

(8) Equipamentos de terraplanagens, abertura de aceiros e corta-fogos, e beneficiação de itinerários, utilizados nas frentes de trabalho e protocolo FAUNOS:



(9) Equipamentos de serviços de campanha, tais como padarias, lavandarias, banhos, tendas insufláveis empregues como alojamentos, entre outras, utilizados no apoio às populações e eventos desportivos:





### 3. Recursos Financeiros

O planeamento dos recursos financeiros foi efetuado tendo em consideração os normativos legais aplicáveis, os documentos estruturantes da Defesa Nacional, as normas emanadas pelo Ministério das Finanças e as determinações do CEME.

Em linha com a estratégia do Exército, foi estabelecido um *plafond* de referência, o qual foi calculado tendo por base a execução orçamental do ano de 2023, a proposta de orçamento do Exército de 2024, bem como as projeções económicas e alterações previstas para 2025.

Ademais, foram apresentadas necessidades financeiras identificadas pelas diversas EP como necessárias ao cumprimento da estratégia, mas que por ausência de *plafond* de planeamento, foram consideradas e registadas com a designação de “Não Financiado”.

Com efeito, o planeamento efetuado pelo Exército ascendeu a um total global de 1.126.310.587 €, incluindo atividades não financiadas, salientando-se, pela sua expressão orçamental, as dotações afetas ao OE 2, onde se inserem as despesas com pessoal, as atividades logísticas, incluindo as de investimento, bem como as despesas de vida corrente e funcionamento normal das U/E/O, encontrando-se distribuído em conformidade com a Figura 8.

Objetivos Estratégicos		Financiado	Não Financiado	Total
OE1	Dinamizar a obtenção e retenção de recursos humanos	495.475.055 €	14.230.073 €	509.705.128 €
OE2	Assegurar os recursos necessários à operação e sustentação do Exército	125.984.255 €	373.892.567 €	499.876.822 €
OE3	Exponenciar a inovação e modernização do Exército	103.776.184 €	2.530.174 €	106.306.358 €
OE4	Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças	1.442.547 €	1.253.950 €	2.696.497 €
OE5	Capitalizar a imagem e reputação do Exército	1.158.003 €	1.029.962 €	2.187.965 €
OE6	Assegurar a eficácia operacional do Exército no plano nacional e internacional	2.520.053 €	3.017.764 €	5.537.817 €
<b>Total</b>		<b>730.356.097 €</b>	<b>395.954.490 €</b>	<b>1.126.310.587 €</b>

**Figura 8** – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia do Exército

#### a. Planeamento em “Financiado”

Comparando os rácios da execução orçamental dos valores planeados como “Financiado” (Figura 9) com os definidos na Reforma “Defesa 2020” (60% para Pessoal, 25% para Operação e Manutenção e 15% para Investimento), verifica-se um desvio face ao modelo preconizado, com valores planeados de 68% para despesas com Pessoal, 13% para Operação e Manutenção e 19% para Investimento.

Financiamento	Pessoal	Operação e manutenção	Investimento	Total
RI (OMDN)	494.584.211 €	75.627.699 €	38.510.884 €	608.722.794 €
RP (DCCR)	290.294 €	15.083.023 €	904.600 €	16.277.917 €
LPM - RI	- €	- €	55.855.000 €	55.855.000 €
LPM - RP	- €	- €	35.000.000 €	35.000.000 €
LIM	- €	- €	6.876.000 €	6.876.000 €
Projetos (Cap. 50)	- €	- €	1.000.000 €	1.000.000 €
Fundos Europeus Estruturantes e de Investimento (FEEI)	- €	- €	444.997 €	444.997 €
Transferências entre Organismos	79.389 €	6.000.000 €	100.000 €	6.179.389 €
<b>Total (€)</b>	<b>494.953.894 €</b>	<b>96.710.722 €</b>	<b>138.691.481 €</b>	<b>730.356.097 €</b>
<b>Total (%)</b>	<b>68%</b>	<b>13%</b>	<b>19%</b>	<b>100%</b>

**Figura 9** – Planeamento de verbas em função dos critérios da Reforma Defesa 2020

Relativamente às despesas com o pessoal, a parcela respeitante às remunerações certas e permanentes é o valor mais expressivo, refletindo um aumento de 10%, relativamente ao ano anterior, em função das atualizações remuneratórias aplicáveis à Administração Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril e do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, bem como da previsão de acréscimo de despesa, essencialmente afeta à execução dos planos de admissões, incorporações e promoções, salientando-se ainda o valor de 79.389€, correspondente a transferências entre organismos, tendo em vista assegurar abonos variáveis ou eventuais da responsabilidade do Laboratório Nacional do Medicamento, conforme ilustra a Figura 10.

FINANCIAMENTO	RI (OMDN)	RP (DCCR)	Total
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	335.310.798 €	70.000 €	335.380.798 €
<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	15.422.887 €	184.794 €	15.607.681 €
<b>Segurança Social</b>	143.850.526 €	35.500 €	143.886.026 €
<b>Transferências entre Organismos</b>	- €	79.389 €	79.389 €
<b>Total</b>	<b>494.584.211 €</b>	<b>369.683 €</b>	<b>494.953.894 €</b>

**Figura 10** – Planeamento das despesas com pessoal

No que concerne às atividades de operação e manutenção, os recursos financeiros planeados ascendem aos 96.710.722 €, essencialmente afetos a aquisições de bens e serviços, no âmbito das atividades logísticas, destacando-se aquelas que concorrem para a execução do plano de reabastecimento, cuja representatividade ascende a cerca de 50% destas verbas, com particular expressão para a alimentação, combustíveis e lubrificantes e fardamento, sem olvidar as atividades a desenvolver no âmbito do Plano Integrado de Treino Operacional e do Plano de Missões ao Estrangeiro.

No que tange ao investimento, as atividades planeadas ascendem a um valor total de 138.691.481 €, destacando-se aqueles que se enquadram na LPM, na LIM e nos Projetos do Capítulo 50.

No que respeita à LPM, o planeamento contempla verbas tendentes ao financiamento de um conjunto de capacidades, com particular expressão orçamental para a Capacidade “Sobrevivência Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre”, conforme ilustra a Figura 11.

Capacidades	LPM - RI	LPM RP	Total
Comando e Controlo Terrestre	10.248.000 €	587.770 €	10.835.770 €
Forças Ligeiras	1.500.000 €	6.210 €	1.506.210 €
Forças Médias	2.000.000 €	26.397.347 €	28.397.347 €
Defesa Imediata dos Arquipélagos	2.661.000 €	- €	2.661.000 €
Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre	3.850.000 €	3.428.525 €	7.278.525 €
Transporte Terrestre	- €	550.000 €	550.000 €
Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre	15.899.000 €	2.156.910 €	18.055.910 €
Sustentação Logística da Força Terrestre	7.795.000 €	1.656.478 €	9.451.478 €
Apoio Militar de Emergência	6.306.000 €	192.030 €	6.498.030 €
Reservas de Guerra	5.596.000 €	24.730 €	5.620.730 €
<b>Total</b>	<b>55.855.000 €</b>	<b>35.000.000 €</b>	<b>90.855.000 €</b>

**Figura 11** – Planeamento de verbas da LPM por capacidade

Na LIM, cujo financiamento implica a arrecadação de receitas provenientes da rentabilização de imóveis afetos à Defesa Nacional, o planeamento contemplou verbas distribuídas pelos projetos identificados na Figura 12, relevando-se, pela sua expressão orçamental, os investimentos no quadro da melhoria das condições de habitabilidade das U/E/O.

Projeto	Total
Segurança Militar	1.274.500 €
Habitabilidade das U/E/O	3.186.000 €
Sustentabilidade Ambiental	585.000 €
Apoio ao Dispositivo	1.830.500 €
<b>Total</b>	<b>6.876.000 €</b>

**Figura 12** – Planeamento de verbas da LIM por projeto

Já no que concerne aos Projetos do Capítulo 50, releva-se o planeamento de investimentos no âmbito do Sistema Militar para Apoio à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e de cooperação com as autarquias locais, conforme ilustra a Figura 13.

<b>Código</b>	<b>Projetos - Capítulo 50</b>	<b>Total</b>
<b>4874</b>	Cartografia Militar 1:25.000 no Sistema de Referência WGS84 (CARTMIL)	202.000 €
<b>1787</b>	Sistema Militar para Apoio à ANEPC e Cooperação com as Autarquias Locais - RE1	100.000 €
<b>1788</b>	Sistema Militar para Apoio à ANEPC e Cooperação com as Autarquias Locais - RE3	225.000 €
<b>4850</b>	Capacidade de Reconhecimento Biológico e Químico para apoio à ANEPC	200.000 €
<b>9143</b>	Sistema Militar para Apoio à ANEPC e Cooperação com as Autarquias Locais (EPE)	273.000 €
	<b>Total</b>	<b>1.000.000 €</b>

Figura 13 – Planeamento de verbas de Projetos - Capítulo 50

### b. Planeamento em “Não Financiado”

O Planeamento efetuado em “Não Financiado” totalizou 395.954.490 €, distribuídos pelas diferentes atividades, por OE, conforme ilustra a Figura 14.

<b>Atividades por Objetivo Estratégico</b>	<b>Total</b>
<b>1. DINAMIZAR A OBTENÇÃO E RETENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	<b>14.230.073 €</b>
1.1 Assegurar os Recursos Humanos	14.230.073 €
<b>2. ASSEGURAR OS RECURSOS NECESSÁRIOS À OPERAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO EXÉRCITO</b>	<b>373.892.567 €</b>
2.1 Maximizar as Forças e Elementos treinados e certificados	6.025.353 €
2.2 Garantir a segurança militar e Saúde no Trabalho	685.875 €
2.3 Assegurar os Recursos Logísticos	367.181.339 €
<b>3. EXPONENCIAR A INOVAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO</b>	<b>2.530.174 €</b>
3.1 Assegurar a Inovação	56.500 €
3.2 Assegurar os Investimentos	2.473.674 €
<b>4. POTENCIAR A FORMAÇÃO, O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS</b>	<b>1.253.950 €</b>
4.1 Assegurar a Formação	657.047 €
4.2 Assegurar a Educação	596.903 €
<b>5. CAPITALIZAR A IMAGEM E REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO</b>	<b>1.029.962 €</b>
5.1 Assegurar a Comunicação Institucional	1.029.962 €
<b>6. ASSEGURAR A EFICÁCIA OPERACIONAL DO EXÉRCITO NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL</b>	<b>3.017.764 €</b>
6.1 Assegurar as relações bilaterais, cooperação e parcerias	3.017.764 €
<b>Total</b>	<b>395.954.490 €</b>

Figura 14 – Atividades planeadas não financiadas por Objetivo Estratégico

Dos valores acima referidos, destaca-se o planeamento efetuado em atividades de âmbito logístico, designadamente de manutenção de edifícios, equipamentos e viaturas, evidenciando a crescente dificuldade de financiamento do Exército para a manutenção dos seus bens de capital, bem como a administração e execução dos serviços de base, designadamente os encargos das instalações e os combustíveis, sobre os quais tem recaído elevada pressão inflacionista.

#### 4. Publicidade Institucional

Nos termos da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, que define as regras e deveres de transparência aplicáveis à realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, está prevista, no PA25, uma dotação de 71.706 €. Este montante visa assegurar a concretização de diversas ações de divulgação e recrutamento, conforme detalhado na Figura 15.

Publicidade Institucional	Total
Material de divulgação	71.706 €
Publicidade paga	
Divulgação da Marca Exército	

Figura 15 – Publicidade institucional

No âmbito da divulgação, será produzido material de *merchandising* para distribuição a potenciais candidatos durante atividades promovidas pela Rede de Divulgação do Serviço Militar (RDSM), e, internamente, a militares que apoiam o recrutamento. Estes materiais serão utilizados em palestras no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e em escolas, assim como em feiras, exposições, mostras de profissões e na iniciativa “Militar por 1 Dia”.

A publicidade paga incluirá até dez campanhas de comunicação externa em rádio, televisão, cinemas, metro e meios digitais, focando os regimes RV/RC, Regime de Contrato Especial (RCE), QP, Instituto dos Pupilos do Exército e Colégio Militar. Serão também promovidas campanhas nas redes sociais (Facebook e Instagram), e criados conteúdos para *YouTube* e *Spotify*. Prevê-se ainda o aluguer de cartazes outdoor e Viaturas de Comunicação Rodoviária (VCR) durante os períodos de campanha.

A divulgação da marca “Exército” abrangerá a produção de *outdoors*, *roll-ups*, muros publicitários, caracterização de infraestruturas e viaturas da estrutura de Recrutamento, bem como equipamentos para feiras de elevada visibilidade. Serão ainda considerados estudos sobre o público-alvo e a produção de vídeos, caso necessário.

Estas ações visam transmitir uma imagem moderna e credível do Exército, reforçar a sua ligação à sociedade civil e aumentar o alcance dos concursos de admissão. As campanhas terão incidência nacional, dirigidas a jovens entre os 17 e os 24 anos, e serão calendarizadas de acordo com os momentos de decisão dos jovens, como o final do ano letivo e após a divulgação dos resultados do Ensino Superior.



GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO DO EXERCITO

Rua do Museu de Artilharia

1149-065 Lisboa

PORTUGAL

Email: [info@exercito.pt](mailto:info@exercito.pt) | Telefone Civil: 218 842 330 | Telefone Militar: 423 030

---

[exercito.pt](http://exercito.pt)

